

**Título: As dificuldades de apropriação da linguagem jurídica nos ingressantes do curso de Direito**

**Autor(es)** Rosana Cátia Barbosa Terceiro, Roberta Cristiana Barbosa Terceiro, Rosângela Brito de Abreu, Denerson Jota de Paula dos Anjos

**E-mail para contato:** rosanacatia@hotmail.com

**IES:** ESTÁCIO FIC

**Palavra(s) Chave(s):** linguagem jurídica, leitura, língua portuguesa

#### **RESUMO**

O presente artigo apresenta como objetivo geral da pesquisa analisar as dificuldades de apropriação da linguagem jurídica nos ingressantes do curso de direito, no Centro Universitário Estácio do Ceará, na unidade Moreira Campos. Nessa linha de raciocínio, têm-se como objetivos específicos: identificar quais as dificuldades desses alunos acerca da aplicação da língua portuguesa na interpretação e produção textual pertinente ao curso de Direito e analisar quais estratégias pedagógicas podem ser utilizadas para solucionar esses problemas. A linguagem jurídica é bastante técnica e requer do acadêmico um domínio prévio das ferramentas utilizadas ao longo de sua vida escolar tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio. Evidencia-se a importância de estímulos à leitura e a necessidade de se valorizar a língua portuguesa no meio acadêmico, no intuito de melhorar a compreensão literária que é complexa para o entendimento do aluno que chega ao curso acadêmico sem os conhecimentos essenciais da língua materna. Desse modo, é notória a dificuldade do aluno que não possui essa instrução mínima de forma eficaz e eficiente, que lhe permita iniciar satisfatoriamente a compreensão da linguagem jurídica. Soma-se a esse fato, a falta de leitura, ou melhor, lê-se muito, mas somente a leitura de distração. O aluno não está acostumado a ter o hábito de ler livros que lhe auxiliem no seu meio acadêmico, a uma literatura mais densa e complexa, e que favoreçam a redação forense; por exemplo, na construção de peças processuais. Consequentemente, há a distorção na escrita, com a demonstração de erros simples de ortografia associados ao ensino fundamental; o analfabetismo funcional, que interfere na capacidade de interpretação de textos, fato não tão somente observado pelos professores em sala de aula, mas também, refletido nos resultados dos concursos na seara jurídica e exame da ordem. Dessa forma, a linguagem jurídica é apoiada pelo correto entendimento da linguagem básica de português, além da prática constante do exercício de leitura. Reitera-se que a comunicação é principal ferramenta do operador do direito; saber expressar-se é fundamental para o sucesso em sua vida acadêmica e profissional. Isso fará com que o desafio seja mais exequível, sem deixar de levar em consideração que o uso da linguagem jurídica apropriada passa pelo desenvolvimento adequado de uma comunicação clara, concisa e objetiva; com adequação necessária para desenvolver seu papel na sociedade, por meio de sua atuação profissional no universo jurídico. Optou-se por realizar um estudo de caso, de abordagem qualitativa, como referencial metodológico.